



REQUERIMENTO PARA: ➤ JUNÇÃO DE ELEMENTOS

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra

(nome do requerente) _____,
contribuinte (pessoa singular ou coletiva) nº _____, residente em (Rua/Avª) _____
_____ (nº/lote) _____, (andar) _____,
(localidade) _____, (cód. postal) _____ - _____,
Freguesia de _____, com o telefone nº _____, fax nº _____,
e-mail _____ nascido em ____/____/____, portador do Bilhete de
Identidade / Cartão de Cidadão / Passaporte nº _____ datado de
____/____/____, emitido pelo Arquivo de Identificação de _____, vem, na qualidade
de (qualidade na qual efetua o pedido) _____ solicitar a
Vª Exª, que sejam juntos ao processo de (especificar a natureza do processo)
_____ nº SM _____ os seguintes elementos:

- 1 - _____
- 2 - _____
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____

Pede Deferimento

Sintra, ____ de _____ de 20____

O Requerente,

.....

IMP.PS.01.014.00

Conferi os documentos (assinatura legível):

Categoria:

	RECIBO DE ENTREGA DE REQUERIMENTO	REGº SM _____
	ASSUNTO: JUNÇÃO DE ELEMENTOS	
	Assinatura do Funcionário: _____	
Categoria: _____		Data : ____/____/____

Divisão de Saúde e Ação Social – Rua Dr. Álvaro de Vasconcelos, lote 2 – 1º, Portela de Sintra – 2710-420 SINTRA
Telefone: 21 923 60 07 / 21 923 60 08 Fax: 21 923 60 38 e-mail: dsas@cm-sintra.pt

Instruções

Exibir Bilhete de Identidade/Passaporte, e Cartão de Contribuinte ou cartão de Cidadão

Notas:

- No caso de **Mandatário** juntar fotocópia da procuração ou outro documento que confira a representação;
- No caso de **peessoas coletivas** deve ser apresentado documento onde se verifique a legitimidade de quem tem poderes para assinar;
- Os presentes dados irão ser objeto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do nº1 e 2 do Artº 10º da Lei 67/98 de 26 de outubro de 1998, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Lei da Proteção de Dados Pessoais.

Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente.
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → serviços municipais interventores no processo.
- As respostas aos dados integrantes no formulário são obrigatórias sob pena de indeferimento do pedido.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente.

Base Legal:

- Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 6/96, de 31 de janeiro.